

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Calha de São Paulo

Class.: 95

Data: 16 de Agosto de 1988

Pg.: 4-14

### Formas de ocupação da Amazônia

JOSÉ MÁTIAS PEREIRA

No elenco dos grandes programas e projetos orientados para a Amazônia, destaca-se, numa fase mais recente, o projeto Calha Norte, que deverá investir, até 1991, cerca de US\$ 85 milhões. É sobre esse projeto e seus reflexos na região que tratarei a seguir.

Iniciado no segundo semestre de 1985, possui, o Projeto Calha Norte, três fases distintas. A primeira, já em execução, visa à instalação de oito bases militares, que vão desde o rio Oiapoque, divisa do Brasil com a Guiana Francesa, até o Solimões, na divisa com a Colômbia, numa faixa de fronteira de 6.500 quilômetros de comprimento por 160 quilômetros de largura, numa área que representa 14% do território nacional. A segunda fase irá beneficiar as áreas ribeirinhas dos rios Amazonas, Solimões e principais afluentes; e a terceira atenderá os núcleos interiores.

O projeto Calha Norte faz parte de um longo planejamento estratégico, sob inspiração de formulações geopolíticas desenvolvidas na Escola Superior de Guerra, que visam cristalizar a vocação continental do Brasil, o que significa garantir a integridade política e econômica de seu território. Pode ser definido como um conjunto de programas e projetos especiais de médio e longo prazo para a ocupação militar e econômica da região. A primeira fase irá desenvolver-se na faixa fronteiriça com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, onde existem sérios conflitos deflagrados internamente ou mesmo latentes, entre garimpeiros, mineradoras, indígenas e missionários, notadamente a noroeste de Roraima, próximo à fronteira com a Venezuela, na área da serra Surucucus, bem como no Alto Rio Negro, próximo à Venezuela e a Colômbia, na região denominada "Cabeça de Cachorro".

A deflagração do projeto ocorreu concomitantemente com o surgimento de rumores da existência de uma proposta de organizações estrangeiras, ligadas ao trabalho missionário na área da serra Surucucus, no sentido de transformar a região numa nação (Estado) Yanomani, retalhando parte do território brasileiro e venezuelano, e

que ficaria sob a tutela de organismos internacionais.

Deve-se ressaltar que nessa região existe uma província mineral, identificada pela Companhia Vale do Rio Doce, com reservas de cassiterita estimada em cerca de US\$ 250 milhões, além de outros minerais valiosos.

Na região denominada "Cabeça de Cachorro" estão ocorrendo atividades ilegais de mineração, contrabando e tráfico de drogas. O mesmo está acontecendo na área de fronteira do Alto Solimões, entre Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia).

Destacam-se ainda, os problemas existentes na divisa com a Guiana Francesa, em relação ao contrabando de minérios (ouro), pimenta-do-reino e palmito. Não pode ser desconsiderada também a disputa entre a Venezuela e a Guiana pela região de Esequibo, com sérios riscos de conflitos armados.

Está claro que o projeto Calha Norte tem validade pelas suas implicações político-econômicas. A implementação de sua primeira fase permitirá que as relações bilaterais com os países vizinhos se intensifique, com base em interesses comuns, especialmente nos setores de construção de estradas, comércio e controle da fabricação e tráfico de drogas. O seu desdobramento certamente permitirá a reativação do Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em 1978, que previa intercâmbio nos setores tecnológico, científico e comercial, e que se reuniu uma vez, para tratar da questão da erradicação da febre amarela.

É preciso atentar para o fato de que a ocupação da fronteira norte, além do aspecto geopolítico abordado, fomentará a criação de pólos de desenvolvimento, com uma consequente elevação do nível de renda da população, bem como permitirá o crescimento populacional dos núcleos urbanos da região. Os inconvenientes do projeto estão relacionados ao risco de dizimação das culturas indígenas da área e pelo caráter sigiloso como vem sendo desenvolvido, o que dificulta a participação da comunidade regional no processo de implementação do mesmo.

JOSÉ MÁTIAS PEREIRA, 36, mestre em planejamento urbano pela Universidade de Brasília (UnB), é economista do Instituto de Planejamento Econômico e Social